

As práticas integrativas e complementares nos cursos da saúde de universidades públicas

Maria do Socorro Trindade Morais¹, Beatriz Brasileiro de Macedo Silva², Franklin Delano Soares Forte³, João Pedro Pedreira Alencar⁴

Resumo

O ensino em Práticas Integrativas e Complementares (PICS) vem sendo, aos poucos, introduzido em cursos de graduação da área da saúde. O presente artigo avalia a oferta de ensino em PICS na graduação dos referidos cursos por meio de um estudo documental exploratório de 17 cursos de graduação da área da saúde de duas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Nordeste do Brasil. Foi realizada a análise dos projetos pedagógicos, ementários e matrizes curriculares nas páginas eletrônicas das IES e caracterizou-se o curso, a oferta, as disciplinas, a carga horária e a modalidade terapêutica das PICS ensinadas. Nas IES, observaram-se 30 disciplinas, 12 obrigatórias e 18 optativas, sendo 17 com carga horária de 30-32 horas. As modalidades mais ofertadas são Fitoterapia, Homeopatia e Acupuntura/Medicina Tradicional Chinesa, e os cursos com maior disponibilidade de disciplinas foram Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia. Conclui-se que a inserção do ensino em PICS nos cursos da saúde nas duas IES, embora abrangente, é fragmentada e isolada em disciplinas pontuais, principalmente, no formato optativo, deixando muitos estudantes sem o conhecimento das PICS, seus pressupostos teóricos e práticas terapêuticas.

Palavras-chave

Práticas Complementares. Promoção da Saúde. Sistema Único de Saúde. Educação Superior.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil; professora do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da mesma instituição; líder do Grupo de Pesquisa em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. E-mail: maria.socorro@academico.ufpb.br.

² Graduanda em Medicina na Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: beatriz.brasileiroms@gmail.com.

³ Doutor em Odontologia Preventiva e Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil; estágio pós-doutoral na Universidade de Campinas, São Paulo, Brasil; professor do Departamento de Odontologia Clínica e Social do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: franklinufpb@gmail.com.

⁴ Graduando em Medicina na Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: joaopedropa@yahoo.com.

Integrative and complementary practices in the health courses of public universities

Maria do Socorro Trindade Morais⁵, Beatriz Brasileiro de Macedo Silva⁶, Franklin Delano Soares Forte⁷, João Pedro Pedreira Alencar⁸

Abstract

Teaching in Complementary and Alternative Medicine (CAM) has been gradually introduced in undergraduate courses in the health area. This article assesses the offer of teaching CAM in undergraduate health courses through an exploratory documentary study of 17 undergraduate courses in the area of Health in two public Higher Education Institutions (HEI) in the Northeast of Brazil. The course, the offer, the disciplines, the workload and the therapeutic modality of the taught CAM were characterized. In the HEI, 30 disciplines were observed, twelve mandatory subjects and 18 optional subjects were listed, with 17 subjects with a workload of 30-32 hours. The most offered modalities are Phytotherapy, Homeopathy and Acupuncture/Traditional Chinese Medicine and the courses with the greatest availability of subjects were Nursing, Physiotherapy and Pharmacy. It is concluded that the inclusion of teaching CAM in health courses in the two HEI, although comprehensive, is fragmented and isolated in specific subjects, mainly in the optional format, leaving many students without knowledge of CAM, their theoretical assumptions and therapeutic practices.

Keywords

Complementary Therapies. Health Promotion. Unified Health System. Higher.

⁵ PhD in Education, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; professor at the Department of Health Promotion, Center for Medical Sciences of the same institution; leader of the Research Group on Integrative and Complementary Practices in Health. E-mail: maria.socorro@academico.ufpb.br.

⁶ Undergraduate student in Medicine, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil. E-mail: beatriz.brasileiros@gmail.com.

⁷ PhD in Preventive and Social Dentistry, Júlio de Mesquita Filho State University of São Paulo, Brazil; post-doctoral internship at the University of Campinas, State of São Paulo, Brazil; professor, Department of Clinical and Social Dentistry, Health Sciences Center, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil. E-mail: franklinufpb@gmail.com.

⁸ Undergraduate student in Medicine at the Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil. E-mail: joapedropa@yahoo.com.

Introdução

Nos últimos anos, vários projetos de extensão popular têm recorrido às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) como um processo importante junto às comunidades e unidades básicas de saúde. Em virtude dessa aproximação e sendo a pesquisadora militante em projetos de extensão popular há algum tempo, decidimos investigar como as PICS estão sendo incluídas nos currículos formais e informais em duas universidades públicas do Nordeste do Brasil.

Os anos de 1970 e, principalmente, os de 1980 trouxeram um aumento da demanda por outras formas de bens e serviços de saúde entre amplos setores das populações urbanas. Ao lado da importação de antigos sistemas médicos orientais, observou-se a reabilitação de terapias populares, como as xamânicas. Sob a denominação de medicinas alternativas, tradicionais, holísticas, integrais, naturais, energéticas ou complementares, diversas formas de cuidado conquistaram expressão no campo da saúde (NASCIMENTO *et al.*, 2013; 2018; LUZ, 2012).

Houve uma expansão crescente das medicinas alternativas e complementares (MAC), com aumento da demanda e legitimação social (NASCIMENTO *et al.*, 2018; BARROS, 2018). Em 2006, o Ministério da Saúde aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), legitimando a oferta de fitoterapia, homeopatia, medicina tradicional chinesa/acupuntura, termalismo e medicina Antroposófica (NASCIMENTO *et al.*, 2013; BARROS, 2017; 2018; ROBINSON, 2011; BRASIL, 2019). A PNPIC impulsionou o desenvolvimento de outras práticas, diversificando propostas terapêuticas no Sistema Único de Saúde (SUS), ampliando a efetividade, segurança, vínculo terapêutico, escuta empática e a integração do sujeito com o meio (BRASIL, 2019). No Brasil, as MAC são chamadas de Práticas Integrativas e Complementares (PICS), termo que será usado neste artigo (LUZ, 2012; NASCIMENTO *et al.*, 2013). A PNPIC sinaliza também a necessidade de formação dos profissionais do SUS em PICS (BRASIL, 2019).

Embora tais práticas sejam cada vez mais utilizadas por um número considerável de pessoas, a institucionalização das PICS no SUS tem sido pouco expressiva. Em pesquisa realizada por Barros *et al.* (2020), identificou-se o desconhecimento e a insegurança na definição de PICS em gestores de serviços de atenção básica. Isso pode colaborar para a invisibilidade das PICS, já que o desconhecimento pode ser gerado pelo déficit de informações na formação acadêmica.¹⁰

Existe uma escassez de instituições de ensino especializadas quando o assunto é a oferta de uma formação do arcabouço teórico conceitual das PICS em sintonia com princípios do SUS, sendo este um dos maiores gargalos para sua institucionalização no cotidiano dos serviços de saúde (NASCIMENTO *et al.*, 2018; OLEGARIO *et al.*, TESSER, 2018; GALHARDI, 2008; BARROS, 2011). A formação em PICS para o SUS no país ainda é concentrada em instituições privadas de ensino, sobretudo, em cursos de pós-graduação lato sensu (BARROS, 2011).

Embora se tenham avançado em várias dimensões do processo de formação em saúde com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos da área da saúde, não houve o mesmo avanço no ensino das PICS no contexto no SUS (BRASIL, 2019; TESSER, 2019; GALHARDI, 2008).

Diante da problemática levantada sobre as DCN propostas nos anos 2000 para os cursos da Saúde, a expansão e a qualificação dos cursos e da Atenção Primária à Saúde orientada pela Estratégia Saúde da Família e a PNPIC, justifica-se o desenvolvimento de estudos que compreendam o processo formativo em PICS a partir dos projetos pedagógicos. Nesse sentido, como se dá a oferta de disciplinas em PICS nos cursos da saúde de duas universidades públicas do Nordeste do Brasil? O presente artigo visa contribuir com o debate sobre a formação de profissionais de saúde com as PICS, a partir da análise da oferta de componentes curriculares em PICS nos cursos de graduação da área da saúde de duas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Nordeste do Brasil (MORALES, 2015; FEITOSA, 2016; BADKE, 2017).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, documental e quantitativa do tipo estudo de casos em duas IES da Paraíba. Refere-se a um estudo analítico da oferta de disciplinas de PICS em nível de graduação, presentes em cursos da área da saúde de duas IES selecionadas em função da sua história na formação de profissionais de saúde, além de suas importâncias estratégicas na produção de conhecimento no estado. Foram definidos como campos de pesquisa os cursos de Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Todos os cursos realizaram mudanças curriculares alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais publicadas nos anos 2000 (Tabela 1). Um dos cursos foi criado recentemente, não

havendo turmas egressas. A UFPB tem sido pioneira em apoiar as PICS e é uma das universidades brasileiras onde disciplinas como Fundamentos da Homeopatia e Fitoterapia são ministradas em cursos de graduação, na área da saúde, desde a década de 1980. Além dessa atividade, no campo da graduação, tem-se desenvolvido projetos de pesquisa envolvendo diferentes sistemas terapêuticos e atividades de extensão que contribuem para a formação dos discentes envolvidos.

Tabela 1 – Caracterização do cenário da pesquisa. Paraíba, 2021

Variável	UFPB		UEPB	
	n	%	n	%
Projeto Pedagógico (aprovação)				
2002-2009	8	80,0	-	-
2010- 2020	2	20,0	6	100,0
Cursos		Carga horária (horas)		
Enfermagem	4.050		4.210	
Farmácia	5.130		4.455	
Medicina	9.440		-	
Nutrição	3.345		-	
Odontologia	4.500		4.505	
Biomedicina	3.585		-	
Fisioterapia	4.500		4.440	
Psicologia	*		4.110	

- cursos que a IES não oferta

*curso não está inserindo no centro de ciências da saúde da IES

Fonte: Os autores (2022).

A segunda IES selecionada foi a que representa, também, um importante histórico de formação, pesquisa e extensão no estado. Para a presente pesquisa, também foram selecionados os cursos de Odontologia (em dois *campi*), Enfermagem, Farmácia, Educação Física, Fisioterapia e Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), os quais também realizaram reformas curriculares alinhados às DCN.

As páginas eletrônicas dos cursos da área da saúde foram consultadas para o acesso aos Projetos Pedagógicos (PP). A coleta de dados ocorreu entre setembro e novembro de 2019 e foi realizada por dois pesquisadores previamente treinados para acessar o arcabouço teórico conceitual das PICS nos PP dos cursos. O treinamento dos pesquisadores e a supervisão da coleta de dados foram realizados por um terceiro pesquisador com experiência prévia em pesquisas documentais e trabalho com PICS.

Foram registrados diversos aspectos dos cursos, tais como: nome do curso, modalidades terapêuticas das PICS, formato (obrigatório ou optativo), conteúdo (informativo ou formativo) e carga horária. Por disciplinas informativas compreendem-se aquelas com conteúdos introdutórios teórico-conceituais em PICS e formativas aquelas que habilitam o estudante na prática de alguma PICS. Quanto ao formato, foram identificadas disciplinas obrigatórias ou optativas.

Os dados foram consolidados a partir da estatística descritiva e como este estudo não envolveu a participação direta de seres humanos, portanto não necessitou de aprovação em Comitê de ética em pesquisas e nem de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

O estudo revelou um total de 17 disciplinas na UFPB e de 13 na UEPB, as quais contemplam o ensino em PICS nos cursos da área da saúde. As modalidades de PICS que ocorrem com maior frequência nos cursos da UFPB foram Fitoterapia, Homeopatia, seguido da Acupuntura (MTC), enquanto na UEPB são Fitoterapia, MTC e Homeopatia. Observou-se que na UFPB o curso de Enfermagem e de Fisioterapia foram os que se observaram maior oferta, enquanto que na UEPB a maior oferta foi no curso de Farmácia (Tabela 2 e 3).

Tabela 2 – Distribuição da oferta de ensino em PICS por modalidades terapêuticas. Paraíba, 2021

Formato	UEPB		UEPB	
	n	%	n	%
Obrigatórias	3	17,6	8	61,5
Optativas	14	82,4	5	38,5
Carga horária (horas)				
30-32	11	64,7	6	46,15
45	4	23,5	6	46,15
60	1	5,9	-	-
75	1	5,9	-	-
120	-	-	1	7,7
Cursos				
Enfermagem	5	17,8	2	15,4
Fisioterapia	5	17,8	3	23,1
Farmácia	3	10,7	5	38,4
Medicina	4	14,3	-	-
Nutrição	4	14,3	-	-
Odontologia	4	14,3	2	15,4
Biomedicina	3	10,7	-	-
Psicologia	-	-	1	7,7
Modalidades terapêuticas PICS				
Fitoterapia	8	25	7	25
Homeopatia	4	12,5	3	10,7
MTC	3	9,375	4	14,2
Quiropraxia	2	6,25	-	-
Aromaterapia	2	6,25	1	3,6
Yoga	2	6,25	-	-
Meditação	2	6,25	-	-
Reike	2	6,25	-	-
Reflexoterapia	1	3,125	1	3,6
Cromoterapia	1	3,125	-	-
Biodança	1	3,125	-	-
M. antroposófica	1	3,125	-	-
Dança circular	1	3,125	-	-
Bioenergética	1	3,125	-	-
Ayuverda	1	3,125	1	3,6
Laserterapia	-	-	2	7,1
Musicoterapia	-	-	1	3,6
Shantala	-	-	2	7,1
Arterapia	-	-	1	3,6
Florais de Bach	-	-	1	3,6
Osteopatia	-	-	1	3,6
Terapia comunitária	-	-	1	3,6
Toque terapêutico	-	-	1	3,6
Shiatsu	-	-	1	3,6

Fonte: Os autores (2022).

Tabela 3 - Oferta das modalidades terapêuticas em PICS abordados nas disciplinas dos cursos de saúde. Paraíba, 2021

	Enfermagem	Fisioterapia	Medicina	Biomedicina	Odontologia	Nutrição	Farmacologia	Psicologia
Fitoterapia	X	X	X	X	X	X	X	
Homeopatia	X	X	X	X	X	X	X	
MTC	X	X	X	X	X			
Biodança	X	X						
Aromaterapia	X	X						
Reike	X	X						
Yoga	X	X						
Meditação	X							
Ayurveda	X							
Bioenergética		X						
Cromoterapia		X						
Dança circular	X							
Quiropraxia		X						
Medicina antroposófica	X							
Reflexoterapia	X	X						
Laserterapia					X			
Shantala	X	X						
Arterapia	X							
Florais de Bach	X							
Musicoterapia	X							
Osteopatia		X						
Shiatsu		X						
Toque	X							
Terapêutico								
Terapia comunitária								X

Fonte: Os autores (2022).

As modalidades terapêuticas das PICS listadas na UFPB foram: Aromaterapia, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Bioenergética, Cromoterapia, Dança Circular, Fitoterapia, Florais de Bach, Homeopatia, Laserterapia, Medicina Antroposófica, Acupuntura/MTC, Meditação, Musicoterapia, Osteopatia, Quiropraxia, Toque Terapêutico, Terapia Comunitária, Reflexologia, Reiki, Shantala, Shiatsu e Yoga. Do total de disciplinas, três (17,6%) são obrigatórias e 14 (82,4%) são optativas. Já na UEPB, foram identificadas 14 modalidades terapêuticas de PICS: Fitoterapia, Homeopatia, MTC, Aromaterapia, Reflexoterapia, Laserterapia, Musicoterapia, Shantala, Arteterapia, Florais de Bach, Osteopatia, Terapia comunitária, Toque terapêutico, Shiatsu, sendo a mais ofertada a Fitoterapia. Do total de disciplinas, 8 (61,5%) são obrigatórias e 5 (38,5%) são optativas.

Observou-se que a maioria das disciplinas ofertadas nos cursos da UFPB eram informativas (53%) e não habilitam os estudantes para o exercício prático das PICS. Na UEPB, seis disciplinas são informativas (46%), quatro são formativas, e duas são informativas-orientadas.

Na UFPB, a maioria das disciplinas possui carga horária em torno de 30-32 horas (64,7%), sendo todas optativas. Das quatro disciplinas com carga horária de 45 horas (23,5%), uma é optativa e três são obrigatórias. Entre os cursos que apresentam maior oferta de ensino em PICS, estão: Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia, com cargas horárias variando entre 30 a 120 horas (Tabela 2).

Discussão

Menos de 10% dos cursos de Medicina oferecidos no Brasil incluíam em seus currículos conteúdos de PICS. Estudo reitera a falta de conhecimento dos estudantes de medicina e de médicos residentes em relação às PICS durante a formação médica, assim como o enorme interesse em seu aprendizado, reforçando a importância de sua inclusão sistemática no currículo médico convencional. Em outros países, como no Canadá, conteúdos sobre PICS estavam incluídos em mais de 80%, principalmente, a homeopatia e a acupuntura (TEIXEIRA, 2017).

Diante desse cenário, defende-se que a formação de profissionais de saúde integre conteúdos de PICS, ancorada em princípios integrativos e orientada por valores holísticos em um contexto de ensino plural, abordando diferentes paradigmas em saúde, para lidar com os processos de adoecimento na sociedade contemporânea (NASCIMENTO *et al.*, 2018; BARROS, 2011; YIN, 2015).

Percebeu-se, em ambas as instituições pesquisadas, iniciativas na oferta de disciplinas com alguma modalidade terapêutica das PICS. Cada IES, em seu processo histórico, teve a participação ativa de professores com formação no campo das PICS, que sensibilizaram outros docentes em torno da construção de uma proposta de formação. Na UFPB, o curso de Farmácia foi o primeiro a implantar o ensino de Fitoterapia e Homeopatia em 1977, seguido de Enfermagem em 1980, Odontologia e Fisioterapia em 1983, Medicina em 1984 e Nutrição em 1986. Após a promulgação da PNPIC em 2006, impulsionou-se a oferta de ensino das PICS nos cursos da saúde, embora se evidencie a sua marginalidade na graduação (BRASIL, 2019).

A oferta observada na UFPB se deve, principalmente, ao protagonismo do Departamento de Fisiologia e Patologia (DFP), que oferta disciplinas em Homeopatia, Fitoterapia e Fundamentos da Acupuntura aos discentes de vários cursos. O Núcleo de Estudos e Pesquisas Homeopáticas e Fitoterápicas (NEPHF), vinculado ao Centro de Ciências da Saúde (CCS), tem como objetivos apoiar, elaborar e executar projetos de ensino, pesquisa e extensão, de caráter multidisciplinar e interinstitucional, em Homeopatia, Fitoterapia e áreas correlatas.

Nesse sentido, o NEPHF, juntamente com o DFP, proporciona o ensino de disciplinas e cursos informativos e formativos para os cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia, além de projetos, feiras, exposições etc. Além disso, o NEPHF oferece oportunidade para os discentes envolvidos participarem de projetos de pesquisa e extensão, bem como de atividades, tais quais: feiras, exposições, cursos informativos e formativos sobre as mais diversas PICS, alguns envolvendo, inclusive atendimento ambulatorial com Homeopatia e Terapia Floral (SOUSA, 2018).

Em 1994, foi implantada, pelo Departamento de Farmácia, como uma disciplina de 4 créditos, carga horária de 60 horas e 40 vagas, distribuídas para os cursos de Farmácia, Enfermagem e Nutrição (SALLES, 2014). Posteriormente, foi ofertada também para Medicina e inserida nos cursos de Fisioterapia e Odontologia. Nos anos seguintes, o Departamento de Fisiologia e Patologia passou a ofertar essa disciplina optativa para a maioria dos cursos da área da saúde (Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia e Nutrição). Contudo, o conteúdo da disciplina Fitoterapia foi dividido em Fitoterapia I e Fitoterapia II, ambas com 2 créditos, no intuito de facilitar a inserção dos alunos. A partir de 2020, o DFP passou a ofertar, também, a disciplina Fitoterapia com 3 créditos e carga horária de 45h, de forma obrigatória, para o curso de Biomedicina, criado em 2018, atendendo às diretrizes de seu PP.

A disciplina de Acupuntura/MTC foi implantada no ano de 2010, ofertada para os cursos de Medicina, Fisioterapia e Odontologia. Desde os anos 1980, a disciplina Fundamentos da Homeopatia foi criada atendendo à demanda de alunos da graduação que participavam de um grupo de estudos sobre Homeopatia, criado em 1979. Oferecida inicialmente apenas aos alunos do curso de Medicina, desde 1984, a disciplina vem sendo oferecida também para os cursos de Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Odontologia. São seis turmas por semestre, somando cerca de 300 alunos/ano. Desde 1991, há

também atendimento homeopático no ambulatório de Pediatria do Hospital Universitário Lauro Wanderley e em 1995, foi criado o ambulatório de Homeopatia (SALLES, 2008).

Uma pesquisa realizada em duas IES no Ceará, com estudantes da área de saúde observou que 80% consideravam importante as PICS nas práticas de promoção da saúde. Apesar dessa percepção, os estudantes não são capazes de adotar as PICS na produção do cuidado, o que revela um conhecimento limitado (OLEGARIO, 2020). Outro estudo realizado em seis IES públicas do Estado do Rio de Janeiro, em 2014, identificou maior concentração de ensino em PICS nos cursos de Medicina, Farmácia e Enfermagem, sendo, em sua maioria, disciplinas informativas (67%) (NASCIMENTO *et al.*, 2018). Ressalta-se que o ensino formativo é mais comum na pós-graduação, embora esteja crescendo nas graduações também.

A *Society of Teachers of Family Medicine* realizou um estudo junto a 97 escolas médicas dos EUA mostrou que 39,2% ofereciam alguma forma de instrução em PICS aos seus residentes (TEIXEIRA, 2017). Nas Residências para médicos de família, 28,1% ofereciam instrução em PICS. Vale ressaltar que as denominações PICS e MAC incluem tanto as racionalidades médicas como as práticas terapêuticas.

Em um levantamento realizado sobre a situação do ensino das Práticas Não Convencionais em Saúde (PNCS), nos EUA, identificou-se carga horária média de 2 horas-aula por tópico. Assim, como ocorre nos EUA, cresce, em outros países, a proposta de incorporar disciplinas eletivo-ativas de homeopatia e acupuntura ao currículo dos cursos do setor saúde (TEIXEIRA, 2017).

Na UFPB, sete cursos apresentam em seus currículos a modalidade terapêutica Homeopatia, e cinco, Acupuntura/MTC. Todavia, ainda é reduzido o número de IES que ofertem componentes curriculares de forma obrigatória, como pode ser observado na UEPB. Isso revela o desafio de implantação de perspectiva de produção de um cuidado diferente do modelo biomédico.

A UEPB possui 61,5% das disciplinas em PICS no formato obrigatório, perfil que se inclina em sentido contrário à tendência encontrada em outros estudos sobre o ensino das PICS, em que há prevalência de disciplinas optativas ou eletivas. Em que pese esse ensino possuir um formato de anexo ao corpo central do conhecimento em saúde, sua obrigatoriedade possibilita minimizar as fronteiras do cuidado em saúde, diminuir preconceitos e resistências de cunho ideológico, corporativo ou epistemológico (NASCIMENTO *et al.*, 2013; BARROS, 2018).

Embora as modalidades terapêuticas de Homeopatia, Fitoterapia e Acupuntura/MTC sejam práticas com maior oferta de ensino, na UFPB ainda é reduzida a oferta. A distribuição

de modalidades terapêuticas das PICS em IES públicas do Estado do Rio de Janeiro indica um destaque para a Homeopatia (44,6%), seguida de Meditação, Práticas Corporais, Vitalismo/Holismo, Plantas Medicinais/Fitoterapia, Acupuntura, Medicina Antroposófica e Terapia Expressiva (NASCIMENTO *et al.*, 2018).

Observou-se, em outros estudos, que a oferta de disciplinas das PICS não é obrigatória, a qual se dá na perspectiva dos conceitos básicos (YIN, 2015; SALLES, 2014; SALLES, 2009), o que pode reforçar a percepção de marginalização, não só da compreensão das PICS e do processo de produção do cuidado em saúde como na própria formação em saúde. Esse processo acaba sendo refletido no cotidiano dos serviços de saúde. Há relatos de dificuldades e resistências quanto ao uso da Homeopatia, as quais estavam relacionadas à falta de informação sobre os procedimentos homeopáticos, causando insegurança sobre essa racionalidade médica e limitando as possibilidades de sua utilização no SUS (BARROS, 2014).

Em pesquisa realizada sobre as percepções dos gestores dos serviços de atenção básica quanto à utilização das PICS no cuidado em saúde, bem como a influência no exercício profissional, foram apontadas limitações e precariedades na conceituação e exemplificação das PICS, embora se percebessem os benefícios proporcionados aos usuários (GONTIJO, 2017). Vale ressaltar que, para a implementação das PICS no SUS, é preciso incrementar o número de instituições que ofereçam disciplinas, cursos e especializações e outros processos formativos que estejam alinhados às propostas, aos princípios e às diretrizes do SUS (OLEGARIO, 2020; YIN, 2015).

Estudo prévio com médicos e enfermeiros das equipes de Saúde da Família de Florianópolis-SC sugere que há sensibilização ao movimento social para a revalorização das PICS (THIAGO, 2011). A aceitação dessas práticas estava associada ao contato prévio, por meio da Medicina de Família e Comunidade. Todavia, a maior parte da formação em Medicina tradicional e complementar é realizada por instituições privadas, sem diálogo com o SUS.

Outra pesquisa com profissionais de saúde de nível superior, do SUS de três municípios brasileiros, revelou que a maioria dos profissionais conhece parcialmente as PICS, desconhece a PNPIC. Esses profissionais consideram que seus conhecimentos não foram obtidos durante a graduação, mas pela leitura e experiência da família e, ainda, entendem que essas práticas devem ser inseridas na graduação (BARBOSA, 2019).

Estudo sobre o perfil da oferta de serviços em PICS no Brasil entre os anos de 2016 e 2017, avaliadas pelo Programa Nacional de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção

Básica (PMAQ-AB), indicou que 16,6% foram de Práticas Corporais, 14,9% de Plantas Medicinas e Fitoterapia, 12,7% de Acupuntura e 10,7% de Terapia Comunitária Integrativa (TESSER, 2018).

A oferta de PICS na Estratégia Saúde da Família (ESF), utilizando dados do Inquérito Nacional de PICS no SUS e do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), identificou que as regiões Nordeste e Sudeste são as regiões com maior oferta de PICS (BARBOSA, 2019). A prática mais ofertada foram as Plantas Mediciniais e Fitoterapia (17,5%), seguida da Acupuntura (15,5%). Estima-se que 82% da população brasileira utiliza, nos cuidados em saúde, produtos à base de Plantas Mediciniais por meio do uso popular, transmitido entre gerações, pelo conhecimento tradicional de indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais ou por meio das diversas possibilidades dentro do SUS (TESSER, 2018; BRASIL, 2012).

O desconhecimento e a baixa oferta de ensino em PICS permitem a manutenção da atenção à saúde voltada para as consultas e os atendimentos individuais, reforçando a visão biologicista (BARROS, 2020). Considera-se que as PICS, como política do SUS, não podem ficar à margem dos currículos de formação dos profissionais da saúde. É fato que existe uma crescente demanda por medicinas e terapias complementares e sua progressiva aceitação por profissionais de saúde, sobretudo, da atenção básica (OCK, 2009).

Destaca-se que a inserção do ensino teórico-conceitual e prático em PICS no currículo poderá induzir a uma mudança na atitude e no interesse dos profissionais, além de permitir a ampliação das possibilidades no cuidado em saúde e a intervenção direta na proposta terapêutica (NASCIMENTO *et al.*, 2018; SALLES, 2014; LOSSO, 2017). Nesse contexto, a formação docente é essencial para a oferta de processos de ensino-aprendizagem que contemplem mudanças na compreensão do processo de trabalho, de forma a romper com a oferta fragmentada e biomédica.

A oferta de disciplinas em PICS demanda apoio administrativo e institucional para a sua inclusão em currículos já propostos. Os currículos de graduação são resultados de discussões complexas e reflexos de um processo de construção de ideias e campo de disputa de poder em busca da hegemonia. Hábitos, costumes e valores permeiam as decisões, o que demanda a mediação de conflitos. Assim, é necessário o envolvimento da comunidade acadêmica, uso de recursos locais e respeito às leis e aos valores e símbolos culturais, de modo a minimizar resistências de conteúdo ideológico, corporativo ou epistemológico (NASCIMENTO *et al.*, 2018).

Para maior integração dessas práticas no cotidiano da atenção básica, faz-se necessário que o ensino das PICS seja ofertado a um maior número de estudantes dos vários cursos de saúde e ao longo de sua formação profissional, da graduação a pós-graduação, com possibilidade de qualificação prática para aqueles que manifestem interesse (TESSER, 2018).

Dada a necessidade de ampliação no ensino em PICS nos cursos da saúde pesquisados e entre outras universidades públicas no Brasil, cabe aos Ministérios da Saúde e da Educação a indução e ações para a inserção oficial do tema das PICS, como conteúdo obrigatório nos cursos de graduação da área da saúde (TESSER, 2018). Compreende-se que a inserção do ensino das PICS na graduação demanda, também, readequação de tempo nos currículos, professores qualificados, valorização de um modelo de cuidado que inclua experiências e saberes de interface da saúde e da vida e amplie o foco da doença para o indivíduo (NASCIMENTO *et al.*, 2018).

As dificuldades para incorporar o ensino em PICS nos cursos de graduação e pós-graduação de universidades públicas são, em parte, decorrentes da falta de perfil do corpo docente contratado, da falta de apoio institucional e dos limites de inserção de outras racionalidades que não dialogam com as premissas biologizantes das formações em curso (YIN, 2015). Entende-se que tais dificuldades repercutem diretamente na falta de crescimento do ensino em PICS na graduação em saúde após as novas diretrizes curriculares, mesmo diante das *necessidades do sistema de saúde* (SALLES, 2014; CARNEVALE *et al.*, 2017; ALBUQUERQUE *et al.*, 2019).

É importante reconhecer as limitações do estudo, dentre as quais, destacam-se: a impossibilidade em analisar o ensino das PICS em outros contextos além das disciplinas específicas neste tema e em incluir projetos de extensão e pesquisa. Sugerem-se estudos sobre a avaliação de como está se dando o processo ensino, aprendizagem e avaliação das disciplinas em PICS.

Considerações finais

Analisando o total de disciplinas identificadas, observou-se que o ensino das PICS apresenta oferta predominantemente segmentada e de formato opcional, com abordagem teórico-conceitual e informativa na maioria dos cursos da saúde, principalmente em Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia. Todavia, em uma das instituições, houve predominantemente a oferta de disciplinas obrigatórias, e, apesar do número não ser expressivo, denota uma mudança na oferta de ensino, corroborando, assim, para um modelo

de cuidado integrativo e humanizado, em consonância com as novas diretrizes curriculares para o ensino em saúde. São apresentadas, como modalidades terapêuticas mais frequentes, a Fitoterapia, Homeopatia e Acupuntura/MTC.

Compreende-se que o ensino em distintas racionalidades médicas e práticas terapêuticas seja fundamental para o seu avanço sustentável, com segurança, qualidade e eficácia no SUS, de forma a garantir o direito da população ao cuidado integral e à escolha do modelo terapêutico, de acordo com as concepções de saúde dos cidadãos e dos grupos sociais, como também das possibilidades terapêuticas envolvidas.

Referências

ALBUQUERQUE, L V da C. *et al.* Complementary and alternative medicine teaching: evaluation of the teaching-learning process of integrative practices in brazilian medical schools. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 43, p. 109-116, 2019. Doi: 10.1590/1981-52712015v43n4RB20180259ingles. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbem/a/vbVNgQsGRfWdQTcscjMNzrM/?lang=en>. Acesso em: 25 out. 2022.

BADKE, M. R. *et al.* Nursing students knowledge on use of medicinal plants as supplementary therapy. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 459-465, 2017. Doi: 10.9789/2175-5361.2017.v9i2.459-465. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/53574>. Acesso em: 15 out. 2022.

BARBOSA, F. E. S. *et al.* Oferta de Práticas Integradoras y Complementarias en Salud dentro de la Estrategia Salud de la Familia en Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, 2019. Doi: 10.1590/0102-311X00208818. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/SvzNQ9FJXX64TxypvjXKJNn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2022.

BARROS, L. C. N. de. *et al.* Práticas Integrativas e Complementares na atenção primária à saúde: percepções dos gestores dos serviços. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 24, 2020. Doi: 10.1590/2177-9465-EAN-2019-0081. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/bZjwQhHM7mSBLjDV33NBBp/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2022.

BARROS, N. F de.; SIEGEL, P.; SIMONI, C. de. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: passos para o pluralismo na saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3066-3067, 2007. Doi: 10.1590/S0102-311X2007001200030. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BGFHPVNV9B5nWhQNzstsQwf/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

BARROS, N. F. de. FIUZA, A. R. Evidence-based medicine and prejudice-based medicine: the case of homeopathy. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 2.368-2.376, 2014. Doi: 10.1590/0102-311X00183513. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/fkxzyFcL6JDjyRyDHvjB4sq/?lang=en>. Acesso em: 22 out. 2022.

BARROS, N. F. de.; SPADACIO, C; COSTA, M. V. da. Trabalho interprofissional e as Práticas Integrativas e Complementares no contexto da Atenção Primária à Saúde: potenciais e desafios. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 163-173, 2018. Doi: 10.1590/0103-11042018S111. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/WhJFzVYJtKrZs7zNjq5k49R/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.

BARROS, N. F.; SIEGEL, P.; OTANI, M. A. O ensino das Práticas Integrativas e Complementares: experiências e percepções. **São Paulo**: Hucitec, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 971, de 4 de maio de 2006**. Dispõe sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006a. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/geral/pnpic.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série A., Normas e Manuais Técnicos) (Caderno de Atenção Básica; n. 31).

CARNEVALE, R. C. *et al.* O ensino da acupuntura na escola médica: interesse e desconhecimento. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 41, p. 134-144, 2017. Doi: 10.1590/1981-52712015v41n1RB20160040. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/fdTrnmHMphTWJ9xrnpgtYtK/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2022.

FEITOSA, M. H. A. *et al.* Inserção do conteúdo fitoterapia em cursos da área de saúde. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 40, p. 197-203, 2016. Doi: 10.1590/1981-52712015v40n2e03092014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/Rmbg6DyCvzvC85yLrqnX3bS/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

GALHARDI, W. M. P.; BARROS, N. F. de. The teaching of homeopathy and practices within Brazilian Public Health System (SUS). **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, p. 247-266, 2008. Doi: 10.1590/S1414-32832008000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/TVjhQKYJFMtgzP45dYj6wkS/abstract/?lang=en>. Acesso em: 15 out. 2022.

GONTIJO, M. B. A. NUNES, M. de F. Práticas integrativas e complementares: conhecimento e credibilidade de profissionais do serviço público de saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 301-320, 2017. Doi: 10.1590/1981-7746-sol00040. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zq6d5V4fFXMVz7n9qsScffG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.

- LOSSO, L. N. FREITAS, S. F. T. de. Avaliação do grau da implantação das práticas integrativas e complementares na Atenção Básica em Santa Catarina, Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 171-187, 2017. Doi: 10.1590/0103-11042017S313. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/msvtPZBbytTQC84JjpCtYjQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2022.
- LUZ, M. T.; BARROS, N. F. de. (org.). Racionalidades médicas e práticas integrativas em saúde: estudos teóricos e empíricos. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/LAPPIS, 2012. Disponível em: <https://lappis.org.br/site/racionalidades-medicas-e-praticas-integrativas-em-saude-estudos-teoricos-e-empiricos/4599>. Acesso em: 26 out. 2022.
- MORALES, N. M.; MIN, L. S.; TEIXEIRA, J. E. M.. Medical students' attitudes toward alternative and complementary therapies. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 39, p. 240-245, 2015. Doi: 10.1590/1981-52712015v39n2e02012014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/bvBssR86VRY5Hx9Dwpq5RDj/abstract/?lang=en&format=html>. Acesso em: 10 out. 2022.
- NASCIMENTO, M. C. do. *et al.* A categoria racionalidade médica e uma nova epistemologia em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 3.595-3.604, 2013. Doi: 10.1590/S1413-81232013001200016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pc64qpYhDGL9QDZp9DnJWzc/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.
- NASCIMENTO, M. C. do. *et al.* Formación en medicina complementaria y alternativa: desafíos para las universidades públicas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 2, p. 751-772, 2018. Doi: 10.1590/1981-7746-sol00130. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/4PGykgCDsjXR3BjJYMqvrts/abstract/?lang=es>. Acesso em: 26 out. 2022.
- OCK, S. M. *et al.* The use of complementary and alternative medicine in a general population in South Korea: results from a national survey in 2006. **J Korean Med Sci.**, Seul, v. 24, n. 1, p. 1-6, 2009. Doi: 10.3346/jkms.2009.24.1.1. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2650987/>. Acesso em: 26 out. 2022.
- OLEGARIO, N. B. C. *et al.* Knowledge and attitude about Complementary and Alternative Medicine: perceptions of brazilian health care students. **International Journal of Advanced Engineering Research Science**, Jaipur, v. 7, p. 487-494, 2020. Doi: 10.22161/ijaers.75.60. Disponível em: <https://ijaers.com/detail/knowledge-and-attitude-about-complementary-and-alternative-medicine-perceptions-of-brazilian-health-care-students/>. Acesso em: 26 out. 2022.
- ROBINSON, M. M.; ZHANG, X. Traditional medicines: global situation, issues and challenges. In: WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **The World Medicines Situation**. Geneva: WHO, 2011. Disponível em: [http://biofarmaka.ipb.ac.id/biofarmaka/2011/Material%20of%20Workshop%20HerbalNet%20\(World%20Medicine%20Situation%202011\)%20-%20WMS%20ch18w%20TraditionalMed%202011.pdf](http://biofarmaka.ipb.ac.id/biofarmaka/2011/Material%20of%20Workshop%20HerbalNet%20(World%20Medicine%20Situation%202011)%20-%20WMS%20ch18w%20TraditionalMed%202011.pdf). Acesso em: 10 out. 2022.
- SALLES, L. F. HOMO, R. F. B. SILVA, M. J. P. da. Situação do ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e

medicina. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 19, n. 4, 2014. Doi: 10.5380/ce.v19i4.35140. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/35140>. Acesso em: 24 out. 2022.

SALLES, S. A. C. Homeopathy in brazilian medical schools: results of an exploratory investigation. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 32, p. 283-290, 2008. Doi: 10.1590/S0100-55022008000300002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/pM8HvVP4bbPqvYBLy4QkVbG/abstract/?lang=en>. Acesso em: 22 out. 2022.

SALLES, S. A. C.. SCHRAIBER, L. B. Support for and resistance to Homeopathy among managers of the Unified National Health System. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 195-202, 2009. Doi: 10.1590/s0102-311x2009000100021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19180302/>. Acesso em: 23 out. 2022.

SOUSA, M do S.; COSTA, D. A. da. **Sistema floral Saint Germain e a extensão universitária**: experiência prática com a terapia floral. João Pessoa: Moura Ramos, 2018.

TEIXEIRA, M. Z. Panorama mundial da educação médica em terapêuticas não convencionais (homeopatia e acupuntura). **Revista de Homeopatia**, São Paulo, v. 80, n. 1/2, p. 18-39, 2017. Disponível em: <http://revista.aph.org.br/index.php/aph/article/view/392>. Acesso em: 22 out. 2022.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C. de.; NASCIMENTO, M. C. do. Traditional and complementary medicine in primary health care in Brazil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 174-188, 2018. Doi: 10.1590/0103-11042018S112. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/SY9PZWpk4h9tmQkymtvV87S/abstract/?lang=en>. Acesso em: 26 out. 2022.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C. de; NASCIMENTO, M. C. do. Traditional and complementary medicine in primary health care in Brazil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 174-188, 2018. Doi: 10.1590/0102-311X00150215. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/DkyXcQybgkSLYVCzMNpf9wS/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.

THIAGO, S. de C. S.; TESSER, C. D. Family Health Strategy doctors and nurses' perceptions of complementary therapies. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, p. 249-257, 2011. Doi: 10.1590/S0034-89102011005000002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/kdVs7VFgvQPsmwgN3GBR5Yz/?lang=en>. Acesso em: 26 out. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.